

## **A questão racial na legislação brasileira e os avanços da luta antirracista na educação**

Jonathan da Silva Marcelino<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente texto tem como finalidade apresentar alguns aspectos da história do movimento social negro no Brasil, nossa pretensão é promover uma análise sobre a atuação desse movimento social frente ao quadro de exclusão de sua população. Pretendemos demonstrar que ao longo do processo histórico, esse movimento desenvolveu diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e a superação do racismo na sociedade brasileira. Nosso intuito é estabelecer uma relação entre atuação destes movimentos e a conquista de direitos estabelecidos por políticas públicas educacionais, tal como a lei a Lei 10.639/03 que propõe o ensino da educação das relações étnico raciais, a História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas de todo o país.

**Palavras Chave:** Políticas Públicas, Movimento Social Negro, Lei 0.639/03, e Experiências Pedagógicas.

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A pesquisa em tela busca promover um breve histórico do surgimento de movimento negro no Brasil, movimentos esses que possibilitaram inúmeras conquistas sociais no plano das políticas de reparação, nossa pretensão é promover uma análise sobre a atuação desse movimento social frente ao quadro de exclusão de sua população. Pretendemos demonstrar que ao longo do processo histórico, esse movimento desenvolveu diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e a superação do racismo na sociedade brasileira.

Nosso onjetivo, portanto, é estabelecer uma relação entre atuação do Movimento Negro e a conquista de direitos estabelecidos por políticas públicas educacionais, tal como a Lei 10.639/03 que propõe o ensino da educação das relações étnico raciais, a História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas de todo o país. Tendo em vista que a lei é dialeticamente uma conquista e um instrumento de luta desse movimento que então coloca a educação como um campo prioritário para a superação do racismo.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia Humana no PPGH/USP. Professor de Geografia no Ensino fundamental II & Médio da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. E-mail: prof.jonathan@uol.com.br. Karina Marcelino – Mestranda em Educação na FEUSP. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Nesse sentido, defendemos em nosso trabalho a premissa de que para se compreender o contexto de criação da referida lei, faz-se necessário aprofundar o estudo sobre as reivindicações do movimento social negro, pois, é certa, a participação direta que tal organização teve na efetivação desse dispositivo constitucional. Atualmente, a categoria de análise "movimento negro" é utilizada de forma frequente, e indiscriminada na literatura brasileira. Contudo, sua definição teórica ainda não é consenso entre os pesquisadores, e nem tampouco entre os militantes que se engajam nessa movimentação política. Existem diversas definições e tentativas de compreensão dessa categoria analítica. Alguns intelectuais consideram como Movimento Negro<sup>2</sup> toda manifestação organizada por afro-brasileiros, com o objetivo de divulgar sua cultura, e escrever a verdadeira história do Brasil, denunciar o racismo e a ele resistir, valorizar o homem negro (pessoa humana), além da prática de outros meios adequados à luta de um povo pela sua identificação para ser respeitado.

Nessa mesma linha de reflexão, existem intelectuais que identificam a vivência da cultura negra como movimento negro. O candomblé seria, então, uma manifestação desse movimento. Há concepções, entretanto que afirmam que movimento negro só se configura quando há intenção deliberada de lutar pela igualdade de oportunidades econômicas e sociais da população negra. Existem ainda os que consideram como movimento negro as lutas que o negro vem travando desde a escravidão, com vistas à obtenção da sua liberdade, bem como todas as iniciativas criadas para dar suporte a essas lutas [...] A partir das reflexões do historiador Petrônio Domingues (2007), pode-se caracterizar movimento negro como sendo um repertório de lutas empreendido por mulheres e homens negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

Outra importante definição de movimento negro é aquela atribuída por Joel Rufino dos Santos, compreendendo;

---

<sup>2</sup> Há, portanto, uma falta de consenso do ponto de vista factual e temporal sem mencionar a indefinição em relação a sua amplitude de ponto de vista espacial, pois o Movimento Negro vem se desenvolvendo no Brasil, em vários contextos geográficos. Como consequência, a sua feição e desenvolvimento refletem características regionais, do ponto de vista histórico, cultural e político [...] No contexto deste trabalho, vamos considerar o Movimento Negro como iniciativas de natureza política (*strictu sensu*), cultural, educacional ou qualquer outro tipo de artifício que os negros vem utilizando, com objetivo deliberado de lutar pela população negra e de se impor enquanto grupo étnico na sociedade, independente da estratégia utilizada nesta luta. (Pinto, 2013, pág. 55-56).

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS 1994, p.158).

Segundo o historiador, para esse segmento da militância social a categoria de raça e, por conseguinte, a de identidade de racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

Em nosso entendimento, o Movimento Negro brasileiro não pode ser compreendido como um bloco monolítico, e nem tampouco como uma entidade homogênea na qual todas as organizações e ações partilham do mesmo interesse. Evidentemente existe no Brasil inúmeras entidades e grupos políticos de orientação ideológica diversa, e que apesar de sua singularidade se reconhecem e se identificam nas bandeiras historicamente defendidas pelo movimento negro, de modo que existe uma relação de alteridade e de autonomia que é cultivada de modo salutar pelas entidades e coletivos integrantes desse movimento, e que faz com que as diferenças de compreensão de mundo, bem como de estratégias de ação na luta pela superação do racismo antinegro seja considerado como aspecto positivo.

## **A FRENTE NEGRA BRASILEIRA & EDUCAÇÃO**

O Movimento Negro foi sendo construído historicamente a partir das diversas tentativas de unir o povo negro com a finalidade de somar forças para fazer frente ao racismo, e para expor publicamente as desigualdades vigentes na sociedade brasileira. Se tivermos como referência o período Republicano, sobretudo no final do século XIX e na primeira metade do século XX, perceberemos que as principais demandas políticas da população negra foram encampadas, e fortalecidas de diferentes formas, em várias entidades negras, tais como; A Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); o Clube 28 de Setembro (1897), Clube 13 de Maio dos

Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), o Centro Cívico Palmares (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); o Centro Cívico Cruz e Souza (1918), Frente Negra Brasileira (1931), Teatro Experimental do Negro (1944), Comitê Democrático Afro-brasileiro (1944), Conselho Nacional de Mulheres Negras (1950), entre muitas outras organizações que surgiram no território nacional. (DOMINGUES, 2007).

Entre as entidades negras que citamos, podemos destacar as ações desenvolvidas pela organização política Frente Negra Brasileira (FNB) que sem dúvida do ponto de vista da articulação política e do quantitativo de militantes foi a maior organização do movimento social negro na primeira metade do século XX. Criada em 16 de setembro de 1931 na cidade de São Paulo, tendo como presidente Arlindo Veiga dos Santos. A Frente Negra Brasileira surge em um cenário afetado pela primeira grande guerra mundial, e a queda da bolsa de valores de 1929, e a ascensão de Vargas<sup>3</sup> ao poder, que por esta entidade, foi visto como um momento importante para uma transformação política favorável à conquista dos direitos da população negra, já que a Primeira República foi marcada pela exclusão dos negros.

Poucos anos decorridos do seu processo de surgimento a FNB já contava com milhares de pessoas associadas, em sua maioria eram pessoas de origem humilde. A sede inicial da FNB ficava situada em um pequeno escritório no Palacete Santa Helena e com o grande aumento de adesões logo sua sede passou a ser na Rua Liberdade, 196, no centro de São Paulo, em um casarão que oferecia diversas atividades a seus sócios (como salão de beleza, salão para jogos, entre outras atividades). Os objetivos e as razões de existência da FNB estão mais explícitas e

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar o contexto histórico no qual está inserida a criação da FNB, na medida em que ela se dá logo após a Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, que marcou o enfraquecimento das oligarquias cafeeiras paulistas no cenário político nacional. A Frente Negra Brasileira (FNB) obteve algumas conquistas sociais importantes como por exemplo, a inclusão de afro-brasileiros nos quadros da Guarda Civil de São Paulo, antiga aspiração dos negros paulistas. O corpo administrativo da Guarda Civil de São Paulo era composta, na sua maioria, por imigrantes e negavam a admissão de afro-brasileiros aos quadros dessa instituição. Recebidos em delegação pelo então Presidente da República, Sr. Getúlio Vargas, os representantes da FNB apelaram ao Presidente no sentido de ser oferecido aos afro-brasileiros, igualdade de acesso àquela instituição. Vargas então ordenou à Guarda o imediato alistamento de 200 recrutas afrobrasileiros. (Pereira, 2010).

detalhadas no Estatuto da fundação da entidade, tal como podemos observar a seguir;

Art. 1º - Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar para todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado, e para a reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

Art. 2º - Podem pertencer à Frente Negra Brasileira todos os membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos, uma vez capazes, segundo a lei básica nacional.

Art. 3º - A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra. Par. Único – Para a execução do art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira (Estatuto da Frente Negra Brasileira, Domingues 2005, pág 84. Grifos nossos).

Essa organização reunia milhares de associados, e mais de 60 delegações espalhadas por todo país, tornou-se um partido político e chegou a tornar-se referência para negros em luta contra o racismo na diáspora africana.

Uma das finalidades da Frente Negra foi justamente difundir a instrução educacional entre os negros. De acordo com o Estatuto da FNB estava explícito a importância da "elevação moral, intelectual, artística, técnica e profissional" do sujeito negro mediante a criação de "escolas técnicas e de ciências e artes". Nesse sentido, no ano de 1933 foi criado um Departamento de Instrução e Cultura da FNB, a sua direção era feita por José Maria de Assis Pinheiro, em 1933, passou a ser dirigido por Aristides de Assis Negreiro e depois por Francisco Lucrécio. O departamento de educação criou em sua sede um curso de alfabetização para jovens e adultos, bem como sua primeira escola primária para crianças negras. (Alves e Mendes 2011, p.3).

Essas iniciativas traduziam o anseio desses militantes por dar um caráter pragmático e prático as ideologias que fundamentavam a sua entidade, além da possibilidade de ministrar um ensino que estivesse "livre do constrangimento do racismo", e que fosse comprometido com a emancipação plena da população negra. Cumpre mencionar que nos primeiros anos do século XX, no auge da ideologia eugenista existiam inúmeras barreiras impostas pela legislação e pelo cotidiano a comunidade negra na tentativa de impedir seu acesso a escolarização. Tal como podemos perceber em Machado (2009).

A legislação oficial não dava condições dignas de acesso, permanência e aprendizagem nas escolas (dificuldade econômica em adquirir o traje e materiais escolares, abandono da escola para contribuir com o sustento da família), a ausência de políticas, somava-se o difícil cotidiano de opressão social no convívio diário e nas escolas, que contribuíam para o afastamento de grande parcela da população negra do processo de escolarização no sistema estatal de ensino da República Velha. (2009, p.39 S/R).

A abolição da escravatura (1888) e a proclamação da república (1889), não foram capazes de garantir aos negros escravizados e seus descendentes o acesso à educação tal como destaca a professora Guacira Lopes Louro (2007, pág.445). Ao afirmar que *"As sucessivas leis que foram lentamente afrouxando os laços do escravismo, não trouxeram como consequência direta ou imediata oportunidades de ensino para os negros. São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas – o que só vai ocorrer no final do século XIX"*.

Além do impedimento legal do acesso do negro à escola, as pesquisadoras Alves e Mendes (2011) destacam que as práticas de racismo cotidiano também dificultavam o acesso dos negros a escolarização, eles eram frequentemente vítimas de preconceito. Muitos pais de alunos brancos não queriam que seus filhos estudassem com alunos negros, acreditavam que os negros eram intelectualmente inferiores e portadores de doenças contagiosas. Tal como propalava o discurso eugenista da época. Um dos episódios que ilustra bem esse drama vivenciado pelos negros cotidianamente é o fato de que no início do século XX, a filha do ator Procópio Ferreira foi impedida de se matricular no Colégio Sion, nessa época, não era comum que os colégios não aceitassem alunos negros, independentemente de sua classe social.

Neste sentido, fazia-se necessário que as comunidades negras constituíssem suas próprias instituições escolares. Uma instituição que valorizasse práticas pedagógicas que contemplasse o pertencimento étnico racial e a cultura de origem africana como construção política.

Ao que tudo indica, foi um curso que, aos poucos, foi se consolidando. Começando a funcionar extraoficialmente, teve suas aulas ministradas por fretenegrinos, obtendo, em julho de 1934, o reconhecimento oficial e a nomeação de professores do Estado para trabalharem na escola. O curso primário funcionou na sede da entidade e parece ter sido único que recebeu subsídio oficial. O Estado, além de remunerar as professoras, também forneceu mobiliário escolar e material didático. As despesas referentes aos demais cursos eram todas por contas dos sócios da entidade, que cotizavam para cobrir gastos necessários. Os jornais referem-se ao

funcionamento do curso primário no período diurno e noturno, sendo este destinado, mas especificamente, à alfabetização de adultos. Não há certeza, entretanto, quanto ao número de alunos atendidos, pois os dados disponíveis referem-se a momentos diferentes da existência da escola. Por ocasião de sua oficialização, em 1934, menciona-se a cifra de 90 alunos matriculados. Em 1936, no discurso alusivo ao quinto aniversário da entidade, Francisco Lucrecio faz referencia a 200 alunos matriculados nas escolas primarias e curso de formação social. Segundo informações de uns depoentes, o curso diurno funcionava em dois turnos, de manhã e a tarde, e oferecia as quatro séries primárias, sendo que, nos quatro anos de funcionamento, passaram pelo curso primário cerca de 300 a 350 alunos. A maior parte era constituída de negros, mas havia também algumas crianças brancas e de origem nipônica, pois a escola funcionava em um bairro de grande concentração japonesa. [...] Os jornais ainda mencionam o curso de formação social, em que eram ministradas aulas de história, educação moral e cívica, e conhecimentos gerais. [...] Concomitantemente a esse ensino "regular", a Frente Negra ofereceu aos seus associados uma série de outros cursos, tais como inglês, ginástica, pintura, música violão e declamação. O noticiário dos jornais mostra a intensa e diversificada atividade educacional desenvolvida pela Frente Negra. (Pinto, 2013, pág. 218).

Vale ressaltar, que para além da intensa atividade educacional desenvolvida pela Frente Negra Brasileira, é possível identificar no registro dessas atividades uma forte critica a respeito das políticas educacionais empreendidas pelo Estado, que não priorizava a inclusão da população negra nos bancos escolares.



**Figura 1-** Alunos, professores, e membros da Frente Negra em São Paulo Fonte BARBOSA, Frente Negra Brasileira: depoimentos, São Paulo, Quilombhoje, 1998. pág. 46.

Os fretenegrinos portanto, foram precursores em denunciar as tentativas criminosas de silenciamento da participação do negro na história do país, e o esquecimento conveniente dos personagens negros que se destacaram no processo histórico de formação do território brasileiro. Eles já alertavam no início do século sobre as repercussões negativas que (a ausência de) representações poderiam exercer sobre o aluno negro, ao transmitirem uma imagem de fracasso, uma imagem que contribuía para diminuí-lo e não para fortalecer sua autoestima como deveria ser a função da escola.

## **O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO**

Outro importante instrumento da luta negra contra o racismo no Brasil foi a criação do Teatro Experimental Negro (TEN) fundado em 1944 sob liderança de Abdias de Nascimento<sup>4</sup> com a participação do intelectual Guerreiro Ramos<sup>5</sup>. O TEN foi um importante movimento emancipatório elaborado por homens e mulheres negros no Brasil, durante os anos de 1944 a 1968, seu principal objetivo era o de resgatar positivamente a herança da cultura afro-brasileira, para ser um contraponto às representações caricaturais e estereotipadas de negros que figuravam no teatro brasileiro até aquele momento.

---

<sup>4</sup> Foi um poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras. Foi professor emérito na Universidade do Estado de Nova York, em Buffalo, NY e professor titular de 1971 a 1981, fundando a cadeira de Cultura Africana no Novo Mundo no Centro de Estudos Porto Riquenhos; atuou como conferencista visitante na Escola de Artes Dramáticas da Universidade Yale; foi professor convidado do departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade de Ife, em Ile Ife, Nigéria. Considerado um dos maiores expoentes da cultura negra no Brasil e no mundo, fundou entidades pioneiras como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Foi um idealizador do Memorial Zumbi e do Movimento Negro Unificado (MNU) e atuou em movimentos nacionais e internacionais como a Frente Negra Brasileira, a Negritude e o Pan-Africanismo.

<sup>5</sup> Alberto Guerreiro Ramos foi um sociólogo e político brasileiro. Foi professor visitante na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrou aulas também na Escola Brasileira de Administração Pública da FGV e em cursos sobre sociologia e economia promovidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Engajou-se também na luta contra o racismo, através da militância no Teatro Experimental do Negro (TEN) Também atuou como deputado federal pelo Rio de Janeiro e membro da delegação do Brasil junto à ONU. É autor de dez livros e de numerosos artigos, muitos dos quais têm sido publicados em inglês, francês, espanhol e japonês.. Sua trajetória acadêmica não se limitou ao Brasil. Atuou como professor e sociólogo nas conferências em Pequim, Belgrado e na Academia de Ciências da União Soviética. Em 1955, foi conferencista visitante da Universidade de Paris. Nos anos de 1972 e 1973 foi "visiting fellow" da Yale University e professor visitante da Wesleyan University. Guerreiro Ramos deixou o país em 1966, radicando-se nos Estados Unidos, onde passou a lecionar na Universidade do Sul da Califórnia. Como Jornalista, colaborou nos jornais "O Imparcial" da Bahia, "O Diário", de Belo Horizonte, e "Última Hora". E o O Jornal e Diário de Notícias, do Rio de Janeiro



O teatro reconhecido como atividade decente, os negros só tiveram chance de entrar nele depois de acabado o espetáculo, para limpar a sujeira deixada pelos brancos nos auditórios, camarins, palcos, banheiros e mictórios. As peças que se escreviam e se encenavam refletiam unicamente a vida, os costumes, a estética, as idéias e aspirações da classe dominante, completamente clara, ou supostamente caucásica. Mais da metade da população, de origem africana, não contava, nem existia mesmo para o nosso teatro. Participante de origem africana numa peça, só se fosse em papel exótico, grotesco, ou subalterno. Destituído de qualquer humanidade ou significação artística. Personagens tipificadas nas empregadinhas brejeiras, reboladeiras, de riso e acesso fácil, mães pretas chorosas, estereotipadas, amesquinhando o profundo e verdadeiro sofrimento das mulheres negro-africanas; negros idosos, pais-joãos dos quais se tirava a dignidade e o respeito, pela imposição de um servilismo, uma domesticação, exibidas e proclamadas como qualidade genética da raça negra; com mais frequência o que se via em cena eram os moleques gaiatos, fazendo micagens, carregando bandeja e levando cascudos. Tudo não passava da caricatura do negro que a sociedade cultivava, até que em 1944 fundei no Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro. (NASCIMENTO, 2002, p. 137- 138).

Segundo as palavras do próprio Abdias do Nascimento, membro-fundador do coletivo, o Teatro Experimental do Negro nasceu para combater o primado do racismo na sociedade brasileira, formar atores e dramaturgos negros, e resgatar uma tradição cultural cujo valor foi sempre negado ou relegado aos ridículos padrões culturais brasileiros. Desde seu surgimento, o TEN procurou desenvolver, palestras, debates, aulas de alfabetização, aulas referentes à cultura negra, concursos de artes plásticas, concursos de beleza, peças teatrais e também a elaboração de um jornal para concretização do seu projeto político.



**Figura 2-** Arinda Serafim e Marina Gongalves, cofundadoras do TEN ensaiando o papel da "velha nativa" em *O imperador Jones*, de Eugene O'Neill, com estreia no Teatro Municipal (RJ) em 1945. Fonte IPEAFRO, 2017.

Uma das principais ações e pautas políticas encampadas pelo TEN desde do ato de sua fundação, foi a intensa mobilização e reivindicação em prol de uma educação de qualidade para a população negra e pobre do Brasil, que neste período, era em sua grande maioria analfabeta. Em entrevista concedida a um importante jornal carioca, Abdias do Nascimento enfatizou que o principal objetivo do TEN seria o processo formativo do povo:

Quando fundamos o Teatro Experimental do Negro, ficou desde logo estabelecido que o espetáculo, a pura representação, seria coisa secundária. O principal, para nós, era a educação, e esclarecimento do povo. Pretendíamos dar ocasião aos negros de alfabetizar-se com conhecimentos gerais sobre história, geografia, matemática, línguas, literatura, etc. Por isso, enquanto a União Nacional dos Estudantes nos cedeu algumas de suas inúmeras salas, pudemos executar em parte esse programa<sup>6</sup>.

Como forma de atrair a população negra interessada, as inscrições para as aulas de alfabetização e iniciação cultural eram publicadas nos jornais cidade do Rio de Janeiro e muitos operários, empregadas domésticas e até funcionários públicos procuraram a entidade para se inscrever. Estima-se que cerca de seiscentas pessoas se inscreveram no curso de alfabetização do TEN. Entre os cursos promovidos pela companhia e ministrados nas salas emprestadas pela UNE, estavam o de alfabetização, sob a responsabilidade do escritor Ironides Rodrigues; o de iniciação à cultura geral, lecionado por Aguinaldo Camargo, e as primeiras noções de teatro e interpretação ensinadas por Abdias do Nascimento. As atividades contaram com a participação de palestrantes convidados, entre os quais os professores José Carlos Lisboa e Maria Yeda Leite, o ex-adido cultural da Embaixada dos Estados Unidos, o professor Rex Crawford, o poeta José Francisco Coelho e o escritor Raimundo Souza Dantas. (NASCIMENTO, 2004). Estas aulas de alfabetização consistiam, na leitura de peças teatrais, como uma estratégia para memorização dos diálogos elaborados e como forma de conscientização sobre o mundo, tendo em vista que a conscientização e emancipação do sujeito negro era um dos objetivos políticos precípuo do grupo.

---

<sup>6</sup> IPEAFRO, 'Teatro Experimental do Negro. Origem – nenhum auxílio do governo – O'Neill para os negros', *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1946.

O Teatro Experimental do Negro tinha por base o teatro como veículo poderoso de educação popular. Tinha sua sede num dos salões da União Nacional dos Estudantes, onde aportavam dos subúrbios e dos vários pontos da cidade, operários, domésticas, negros e brancos de várias procedências humildes. Ali, a pedido de Abdias, ministrei por anos a fio, um extenso curso de alfabetização em que, além dos rudimentos de português, história, aritmética, educação moral e cívica, ensinei também noções de história e Evolução do Teatro Universal, tudo entremeado com lições sobre folclore afro-brasileiro e as façanhas e lendas dos maiores vultos de nossa raça. Uma vez por semana, um valor de nossas letras ali ia fazer conferência educativa e acessível àqueles alunos operários que até altas horas da noite, vencendo um indizível cansaço físico, ali iam aprendendo tudo o que uma pessoa recebe num curso de cultura teórica e ao mesmo tempo prática. Como aprendizado das matérias mais prementes, para um alfabetizado, havia a leitura, os ensaios e os debates de peças como O Imperador Jones, de Eugene O'Neill, História de Carlitos, de Henrique Pongetti, História de Perlimplín, de Garcia Lorca, Todos os filhos de Deus têm asas, Moleque Sonhador, Onde está marcada a cruz, todas as peças de forte conteúdo racial e humano, de Eugene O'Neill. (RODRIGUES, 1998, p. 210-211);

Fica explícito no depoimento de Ironides Rodrigues, que a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro consistia num projeto popular, direcionado à massa trabalhadora. Era um projeto voltado para emancipação da comunidade negra, tendo em vista o combate ao racismo e a construção de uma identidade negra positiva. Para alcançar estes objetivos, era preciso que todos os brasileiros, negros e brancos conhecessem suas matrizes culturais africanas bem como o papel que cada grupo desempenhou na produção da história brasileira.

Evidentemente era um projeto ambicioso devido as proporções educacionais que visava alcançar e significativamente inovador para o contexto de sua época, tendo vista que sua metodologia já apontava para a necessidade de articular educação com a valorização da ancestralidade afro-brasileira como forma de combate ao racismo. O projeto foi tão relevante que mereceu uma apreciação de destaque chegando a ser caracterizado pela imprensa escrita do Rio de Janeiro como uma grande inovação.

Poderia dizer que ele está promovendo um '13 de Maio' espiritual ( ...) O TEN pretende não apenas melhorar o nível intelectual do negro, mas de todos nós. Sua intenção não é racista. Não quer o negro culto e bem falante para resguardá-lo do desprezo do branco (...). O que eles pretendem é fazer com que o negro perca, para proveito próprio e de todos nós, a rudeza mental – herança obrigatória da escravidão – e acerte o passo com os seus irmãos. Pensam que lapidando uma parcela da população – justamente a mais atrasada, por motivos histórico-sociais – concorrem para a melhoria do conjunto. Por outro lado, eles sabem que somente valorizando o negro poderão ferir de morte o reacionário preconceito de cor. (...). No entanto, não dispondo de uma sede, o TEN, ainda não pode reorganizar os seus cursos, que visam a formação de uma grande escola de artes cênicas: a)

Alfabetização – funcionando normal e permanentemente para crianças e adultos de ambos os sexos; b) Línguas; c) Dicção, Empostação de Voz e Declamação; d) Música e Canto Coral; e) Dança; f) Interpretação; g) Decoração, Vestuário e Cenografia; h) Direção de Cena; i) História do Teatro e Literatura Dramática; j) Conferências sobre assuntos dramáticos e de ordem geral.

O trecho da reportagem em destaque reflete um dos aspectos mais centrais da proposta pedagógica do TEN, que consistia em publicar e defender as demandas e interesses da comunidade negra brasileira, tendo em vista um processo de conscientização da população como um todo, incluindo negros e brancos. Esta conscientização política visava orientar a população negra sobre seu protagonismo na produção e construção da história e do legado cultural brasileiro, e por outro lado, de “reeducar o sujeito branco” combatendo os estigmas e estereótipos construídos em torno da imagem negra. Conforme asseverava o próprio Abdias do Nascimento.

Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o **próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido**. (NASCIMENTO, 2004: 211, grifo nosso).

Nesse sentido, a estratégia do teatro, também, foi uma forma de adequar o movimento à realidade social da população negra da época (gente, em sua maioria, analfabeta) como um atributo preparatório para os vários movimentos negros politicamente organizados que se desenvolveriam nesse contexto.

Outra grande realização organizada pelo TEN foi a criação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro para atuar a nível político, reivindicando medidas específicas de combate ao racismo e melhoraria da qualidade de vida da população negra. O objetivo imediato do comitê era o de inserir as aspirações específicas da coletividade afro-brasileira no processo de construção da nova democracia que se articulava após a queda do Estado Novo segundo as palavras do próprio Abdias do Nascimento;

O comitê era composto por ativistas negros e lideranças estudantis, e seu local de reunião era uma sala na sede da UNE. O comitê passou um tempo inicial lutando pela anistia aos presos políticos (na sua maioria brancos). Entretanto, quando chegou a hora de tratar das preocupações específicas à comunidade negra, o projeto foi vítima da patrulha ideológica de supostos aliados que acabou desarticulando o comitê. Invocaram o velho chavão de que o negro, lutando contra o racismo, viria a dividir a classe operária. (Nascimento, 2004, pág. 3).

Apesar do pouco sucesso que tiveram com a primeira organização política que criaram, os militantes do TEN não se abateram e construíram outras iniciativas. Deste modo o TEN continuou a tradição de protesto e reivindicação legada pela Frente Negra atuando firmemente na articulação entre arte-educação como forma de mobilização popular nos anos 1940.

### **MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)**

Nas décadas posteriores, na segunda metade do século XX, o Movimento Negro se intensificou na luta por uma educação escolar que buscasse valorizar as experiências culturais negro-brasileiras. Sendo assim, no ano de 1978, em pleno período da Ditadura Militar (1964-1984), as articulações entre os militantes do movimento negro dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro aprofundaram-se com a criação de um Movimento Negro de abrangência nacional e com caráter político explícito. E nesse contexto de rearticulação do movimento negro, que o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) é fundado em uma reunião em São Paulo, no dia 18 de junho de 1978, com a representação de diversas entidades negras de luta antirracista (CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros). Segundo os registros a primeira atividade da nova organização foi um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases.

A "Carta aberta à população" lida no ato evidencia as novas orientações do protesto negro brasileiro na segunda metade do século XX:

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo. (in HASENBALG e GONZALEZ, 1982, pág. 50).

O ato público foi realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, reunindo um público de aproximadamente dois mil

militantes. (DOMINGUES, 2007). Em dezembro de 1979, no seu primeiro congresso, na cidade do Rio de Janeiro, o MUCDR simplificou o nome para Movimento Negro Unificado (MNU).

Tal como muitas outras agremiações, entidades, e movimentos que o antecederam, o MNU também vai apontar a relevância do segmento educacional no processo de combate ao racismo e real conquista de direitos políticos, econômicos e sociais para a população negra. A reivindicação pela "reavaliação do papel do negro na história do Brasil", expressa na "Carta de princípios" do MNU criada nos meses seguintes ao ato público, ainda em 1978 confirma e exemplifica essa orientação política.

- Nós, membros da população negra brasileira – entendendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça -, reunidos em Assembleia Nacional, [...] RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por:
  - Defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de:
  - Maiores oportunidades de emprego.
  - Melhor assistência à saúde, à educação e à habitação.
  - Reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção.
  - Extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos.
  - Liberdade de organização e de expressão do povo negro.
- (Carta de Princípio do MNU, grifos nossos).

Para o MNU a recuperação da história do negro e dos seus heróis também é vista como uma forma de se criar pontos de identificação para a criança ou jovem negro. Nesse sentido, o resgate de personagens negros e valores civilizatórios de matriz afro-brasileira seriam caminhos indispensáveis para o fortalecimento da autoestima e identidade da população negra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em nove de janeiro de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº. 10.639, uma medida de ação afirmativa que torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica. Trata-se de uma alteração importante da Lei n. 9.394/96, (LDB) Lei de Diretrizes e Base da

Educação Nacional, acrescida posteriormente de seu substitutivo a Lei nº 11.645/08, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Culturas Afro-brasileiras, Africanas e Indígenas.

O texto da Lei, é uma síntese de proposições e acúmulos que o Movimento Negro vem propondo ao longo de muitas décadas, mas que foi negociado, modificado, e transformado pelo processo político-legislativo entre a sua entrada e aprovação nas duas casas que compõem o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal). Esta dinâmica, evidentemente, tende a simplificar no texto aquilo que é muito mais complexo nas lutas do Movimento Negro (SANTOS, 2009). Por fim, podemos afirmar que a Lei 10.639/03 como política pública educacional é dialeticamente uma conquista e um instrumento de luta do Movimento Negro que coloca a educação como um campo prioritário para a superação do racismo e das desigualdades raciais na sociedade brasileira.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBERTI, Verena; PEREIRA, A. Araújo (Orgs.). Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/CPDOC-FGV, 2007.

DOMINGUES Petrônio. "O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)." Diálogos latinoamericanos 10 (2005): 116-131.

HENRIQUES, Ricardo. "Apresentação". In: Ministério da Educação. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92

PINTO, Regina Pahim. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. Fundação Carlos Chagas, 2013.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. Lugar de negro. Editora Marco Zero, 1982.

DO NASCIMENTO BARBOSA, Wilson; DOS SANTOS, Joel Rufino. Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras. MinC, Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Renato Emerson dos. Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639. Rio de Janeiro, CEAP, 2009.